



Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

AJUDA MEMÓRIA DE REUNIÃO

MINUTA

OBJETO:

Reunião GAT/CBHSF (Grupo de Acompanhamento Técnico) - Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Reunião nº: 03/2016

Próxima Reunião: nº 04/2016

Obs.:

Data: 16 e 17/06/2016

Data: 07/07/2016

Horário: 14h00/9h00

Horário: 9h00

Local: Belo Horizonte/MG

Local: Salvador/BA

Participantes:

Nome (GAT)	Instituição	Nome (CTPPP)	Instituição
Gonzalo Fernandez	ANA	Athadeu Ferreira da Silva (17/06/2016)	CODEVASF
Regina Célia Greco Santos	CCR Alto e CTPPP		
Ednaldo Campos	CCR Médio		
Luiz Alberto Dourado	CCR SubMédio		
José Roberto Valois Lobo	CCR Baixo		
Anivaldo Miranda	DIREX	Convidados/Visitantes/Apoio: Alberto Simon (AGBPV) Ana Cristina da Silveira (AGBPV) Rúbia Santos Barbosa Mansur (AGBPV)	
Patrícia Helena Gambogi Boson	CTPPP		
Ana Catarina P. Azevedo Lopes	CTPPP		
Yvonilde Medeiros	Indicada DIREX		
Pedro Lessa	SEMARH SE		
Gustavo Silva de Carvalho	SEMARH AL		
Jorge Izidro	Secretário GAT		

ASSUNTO

AÇÃO

Itens de pauta (16/06/2016):

1) Abertura

2) Verificação de quórum e aprovação da ajuda memória de reunião de 04 e 05 de abril de 2016

3) Apresentação da versão final do Produto RP5 – Arranjo Institucional e Diretrizes e Critérios para aplicação dos Instrumentos de Gestão

4) Debates e esclarecimentos

5) Encerramento

Dia 16/06/2016:

- Após a verificação de quórum, o secretário do GAT, Jorge Izidro agradece a presença de todos e dá início a reunião às 14h.

- A Ajuda memória da reunião realizada nos dias 04 e 05 de abril de 2016, foi aprovada por unanimidade.

- Dando continuidade à reunião, Jorge Izidro passa a palavra para o Diretor Técnico da AGB Peixe Vivo, Sr. Alberto Simon, que justificou ausência do representante da empresa NEMUS, Pedro Bettencourt. Este havia comprado as passagens para a reunião do GAT prevista para os dias 09 e 10 de junho, que foi adiada para esta data, sendo que também tinha compromisso agendado na Costa Rica. Fala que houve uma prorrogação no contrato de 05 meses e explana sobre a finalização da atualização do PRH SF. Haverá um plano Consolidado (2 ou 3 volumes) e o Resumo Executivo (01 volume), além de um produto (revista e/ou filme) mostrando a construção do Plano. A aprovação no Plenário será mais simbólica, pois o plano deverá ser difundido primeiramente nas CCRs. A proposta é que as últimas consultas públicas sejam realizadas em conjunto às reuniões das CCRs.

- Pedro Lessa diz que deverá haver uma estratégia de sensibilizar os membros do plenário nessas reuniões das CCRs, inclusive deve apresentar uma Nota/Parecer do GAT indicando a aprovação do Plano.

- Alberto Simon explica que Pedro Bettencourt estará presente em todas as

reuniões das CCRs para apresentar o Plano.

- Os membros do GAT solicitam que em cada CCR esteja presente um representante do grupo para apresentar o processo de construção do plano, além da presença do diretor técnico da AGB Peixe Vivo, Alberto Simon.

- Cronograma reuniões CCRs:

- 22/07/2016 – Petrolina (Submédio) – Luiz Dourado
- 25/07/2016 – Penedo (Baixo)
- 27/07/2016 – Sta. Maria da Vitória (Médio) - Ednaldo e João Machado
- 29/07/2016 – Belo Horizonte (Alto)

- Cronograma reuniões GAT:

- Reunião do GAT em 07/07/2016 – Salvador/BA, para elaboração do Parecer do grupo técnico a ser apresentado nas CCRs
- Reunião Conjunta CTPPP/GAT/CTIL em Agosto/2016

- Alberto Simon faz a apresentação da Versão Final do Produto RP5 – Arranjo Institucional, Diretrizes e Critérios para aplicação dos instrumentos de gestão. Fala sobre o Pacto da legalidade, em que todos os estado da Bacia terão o compromisso em implementar os instrumentos de gestão.

- Gonzalo Fernandez pergunta se Moxotó realmente ficou no Submédio. Diz que a questão do semiárido foi apenas citada (Alberto fala que a questão será abordada no RP6). Questiona a forma de medição das metas – de onde foram retiradas as porcentagens das metas? (Cenário Realista – a Bacia que podemos). [slide 20]

- Patrícia Boson fala que é ilegal priorizar uso. [slide 27]. As prioridades são as estabelecidas em lei. O Plano deve estabelecer diretrizes/fórum específico para alocação negociada.

- Gonzalo fala que o Plano ainda não avançou na questão de vazão ambiental. O Plano deve estabelecer diretrizes para esta questão [slide 30]. Deve se apresentar o mínimo, as bases e quais propostas que surgiram após os estudos sobre a vazão ambiental. Diz que é necessária a revisão do conceito de outorga. Os limites devem ser mais bem detalhados [slide 34]. Não está citando as fragilidades dos órgãos estaduais – é uma fragilidade e não oportunidade [slides 59 e 60]

- Pedro Lessa fala que no plano deve ficar bem claro que o mesmo foi construído através de dados secundários e que a fiscalização deve ser sistemática e permanente. Diz que não existe outorga e enquadramento de rios intermitentes. Deve buscar a proteção orientada para sua sazonalidade – valas de infiltração - recargas

- Roberto Lobo fala que muitos conceitos devem ser corrigidos. RP5 V1 – Pág. 177 – conceitos de outorga. Pede que no plano consolidado seja mais sucinto. Pág. 116 – mostra casos que não se aplicam na bacia, como por exemplo transfronteiriços – esses casos devem ser revistos. Pág. 43 – números são questionáveis.

- Alberto Simon explica que as metas são para a bacia, e que o CBHSF ajudará a correr atrás. Não são metas apenas para o CBHSF.

- Ednaldo Campos pede para incluir na “Bacia que queremos” a proteção das

áreas subterrâneas e áreas de recarga. Outorga de rio intermitente? Outorga de água subterrânea – não se conhece estudo de aquíferos. Alberto explica que já consta nos objetivos estratégicos.

- Regina Greco pergunta como será negociada a vazão de entrega e sugere que no plano já conste valores de referência [slide 34]. Alberto Simon explica que será via Pacto das Águas, uma negociação pós plano.

- Patrícia Boson diz que passou os principais pontos para o Alberto. Sugere que a empresa apresente os principais temas e diretrizes caso não faça um bom relatório do arranjo institucional. Enquadramento: será necessária a contratação de um estudo específico. Cobrança: no relatório está descrito que cobrança é uma decisão *topdown*, o que está errado. Cobrança é descentralizada e participativa. Rever capítulo sobre a cobrança. Condensar os volumes em 1 e retirar os erros. No âmbito na CTPPP criar um plano de acompanhamento da gestão da transposição. Passar para o GAT as contribuições encaminhadas pela Patrícia.

- Gustavo Carvalho fala sobre a priorização de uso – deve ter um uso prioritário que é a manutenção do ecossistema.

- Luiz Dourado fala que o Plano vai precisar de estudos complementares. É necessário a inclusão das zonas de restrição de uso, recomendações sobre usinas nucleares, dentre outros. Pede que seja adotado o cenário pessimista para se ter um melhor controle. Sobre o semiárido, diz que o destaque é importante, sugere que se coloque indicadores. Colocar também a carta de Petrolina, “barganha” da transposição e controle de barragens. Cita o Decreto 14.955, de 10 de fevereiro de 2014 do Estado da Bahia – seja cobrado no pacto das águas.

- Yvonilde informa que enviou suas contribuições por escrito. Fala que no novo plano o pacto de gestão do SF – GTSF – não deve morrer no prazo da resolução e avançar para os grandes temas, como por exemplo, alocação.

- Jorge Izidro diz que o plano deve incentivar a fiscalização preventiva. O tema desertificação deve ter uma conexão com o semiárido. Não existe mata ciliar os rios intermitentes.

- Ana Catarina pede para Ajustar figuras 3 e 4 – fonte – pg.43 e 44;
Pg.88 –conceituação – saneamento básico - não ambiental
Pg. 89 – não só selagem e sim remediação
Pg.97 – faltou incluir a vazão do Capiá
Ação para o semiárido - Plano de desenvolvimento para o semiárido – instrumentos
Pg. 109 - Arcabouço legal estadual – lei de saneamento(2009) - lei de RS (2015) PERH ???
Pg. 127 - Usos de pouca Expressão – ver mapa ???
Outras questões – águas subterrâneas - a questão das empresas fornecedores de água – cobrança de uso da água subterrânea - não só outorga – cobrança Reuso – qualidade de cada manancial afluentes.

- Após outros debates e esclarecimentos, a Sra. Regina Greco agradece a presença e a colaboração de todos e encerra o 1º dia de reunião às 19h10min.

<p>Itens de pauta (17/06/2016):</p> <p>1) Abertura</p> <p>2) Apresentação da versão final do Produto RP6 – Plano de Metas, Ações Prioritárias e Investimentos para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco</p> <p>4) Debates e esclarecimentos</p> <p>5) Encerramento</p>	<p>Dia 17/06/2016:</p> <p>- O Sr. Jorge Izidro inicia a reunião às 9h10min</p> <p>- Patrícia Boson fala que a CTPPP deve estabelecer um programa de recuperação da calha. No TDR ficou faltando essa abordagem. O Plano deve então apresentar prioridades de ação, estudo de avaliação e proposição de soluções para recuperação da calha incluindo batimetria, dragagem, etc.</p> <p>- Alberto Simon fala sobre as notas técnicas encaminhadas pela ANA e Gonzalo explica algumas delas. O diretor técnico da AGB PV diz que não haverá muito tempo já que a aprovação do plano será em setembro. Sugere que o GAT recomende a inclusão de um apêndice a ser incorporado no produto seguinte que aborde assuntos específicos, como por exemplo, o semiárido.</p> <p>-Yvonilde pede que os dados sejam apresentados para verificação dos mesmos.</p> <p>O GAT irá produzir uma Nota Técnica recomendando a aprovação do Plano com as considerações. Patrícia Boson fará a minuta do documento.</p> <p>- Alberto Simon apresenta o RP6 – Plano de Metas, Ações Prioritárias e Investimentos para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.</p> <p>- Dourado informa que enviou contribuições [slide 9].</p> <p>- Patrícia Boson recomenda que a priorização de ações na calha seja um eixo de atuação. Ver primeiro o conjunto da obra para ver se cabe como eixo ou vai se encaixar em algum eixo já existente.</p> <p>- Yvonilde pede que fique claro no relatório a metodologia utilizada para apresentação das metas. De onde saíram essas metas? O que foi levado em consideração? Diz que no eixo 1 – governança e mobilização social acha que deve colocar fiscalização e não apenas FPI. [slide 36]. Colocar: “Implementação e fiscalização dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos da bacia”.</p> <p>- Roberto Lobo: Atividades – eixo 2.Pág. 37 – trocar rede de vigilância por monitoramento Atividades – eixo 4. Pág. 41 – preparar para as mudanças climáticas e acrescentar as seguintes atividades: manejo de água em solo semiárido, barragens subterrâneas, retenção e produção de água, acumulação de água no leito do rio, aproveitamento de água (reuso), dessalinização, base Zero Pág. 86 a 92 do Volume I – sincronizar as atividades. Eixo 5. Página 42 – trocar “rede verde” para corredor ecológico ou cinturão verde Eixo 6. Pág. 43 – “Apoiar” a implementação da política de barragens Verificar repetição de tabelas. Ex: pág. 86 e 125 Avaliação de viabilidade – pág. 45 – explicar o conjunto de ações previstas neste orçamento. Eixo 4 pg. 256 – trocar reuso por Reservação. Colocar reuso no eixo 3. Atividade 4.3.a, eixo 4 – Colocar “Planejar formas de convivência com as mudanças climáticas”.</p> <p>Fonte de recursos – incluir os programas água doce e o de combate à desertificação;</p> <p>O Plano de investimento deve ser reavaliado, pois está confuso.</p> <p>Questiona o pico de gasto planejado para 2017. Com a estrutura da AGB PV</p>
--	--

como que o CBHSF irá gastar 70 milhões só em 2017? Sugere que o gasto seja gradual até 2020 e depois estabiliza. Deve se observar a situação atual do país.

- Pedro Lessa fala que o plano não será 100%, mas que houve uma evolução. Deve haver o acompanhamento sistemático do mesmo.

- Alberto sugere que deve se falar na CCR que houve o compromisso da empresa de corrigir as questões nos relatórios finais.

- Roberto Lobo questiona a ausência do PPA de Alagoas e Sergipe [pág. 53 e 54]. Pede ainda que coloque o ano de 2015 na planilha da pág.88.

- Ana Catarina sugere que os representantes dos estados de Alagoas e Sergipe enviem para a NEMUS as rubricas específicas. Fala que um representante da NEMUS deve estar presente para fazer as apresentações e não o Alberto.

- Patrícia Boson pede que seja trocada a foto de capa do RP6 – campo de futebol em área de APP. Pede que o plano de investimentos seja revisto e a inclusão do programa Minas Sustentável da FIEMG.

- Luiz Dourado fala que esse plano deve ter o olhar técnico e o da sociedade da bacia. Pede que se observem as DN CBHSF sobre revitalização (03/2003; 08/2004; 09/2004). Fala que os normativos e aspectos legais estão soltos. Recomenda a formulação de indicadores para que o CBHSF acompanhe o plano. Pede que seja inseridas ações de fortalecimento dos instrumentos legais e normativos.

- Jorge Izido sugere ajustar nomenclatura Eixo IV.1a –Gestão da água e do solo, 2.a – Matriz dendroenergética mais eficiente; 3.a – Convivência com a Seca. A questão do semiárido deve ser encarada como realidade não como futuro – mudanças climáticas, e sim com convivência com a seca – semiárido- uma realidade de 54% da área da bacia.

- Athadeu fala sobre as contribuições da CODEVASF. Justifica a ausências nas reuniões anteriores devido mudanças de governo.

Fala que outros projetos que estão sendo trabalhados no gov. federal - Empresa holandesa – para batimetria e outros, e multimodal do SF Bird - DENIT(MT).

Reitera a necessidade urgente da CODEVASF em apoiar projetos de prioridade produção de água – 11 bacias MG e BA – plano decenal do SF.

Solicita informações de projetos para buscar viabilizar a execução.

- Ana Catarina solicita que Athadeu encaminhe para os membros do GAT e NEMUS o estado da arte dos SES que estão sendo implantados pela CODEVASF.

Demais solicitações à NEMUS

Corrigir, ajustar e explicar melhor:

- RP5 - Ajustar a questão do semiárido (organizando melhor o conteúdo que está solto, sistematizar)
- A questão do semiárido vide contribuições acima

	<ul style="list-style-type: none">• Curva de investimento – porque o pico no início (Situação econômica não recomenda)• A questão do valor R\$450.000.000,00 - CBHSF apenas ou outros órgãos?• Incluir PPA de Alagoas e Sergipe• Substituir a Foto de um campo de futebol em área de APP – RP6• Ajustar os conceitos outorga, cobrança, enquadramento• Ajustar as diferenças conceituais de saneamento ambiental e saneamento básico• Plano de ação compatível com a arrecadação• Propor um formato para inserir um conjunto de ações específicas toda a calha (detalhe das ações – Patrícia Boson)• Incluir o estado da arte dos SES que estão sendo implantados pela Codevasf – para análise e revisão das metas e investimentos• Incluir os programas e investimentos previstos no âmbito da Codevasf• GAT acessar a base da dados antes do fechamento do Plano <p>Pactos e acordos GAT e NEMUS – para não prejudicar o cronograma de entrega</p> <p>- A Sra. Regina Greco informou que a próxima reunião do GAT será no dia 07.07.2016 em Salvador para a elaboração do Parecer do GAT</p> <p>- Após outras discussões e esclarecimentos, a Sra. Regina Greco agradece a participação de todos e encerra a reunião às 14h.</p>
--	--